

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 199 • Julho de 1985 • Cr\$ 3.000

VIOLÊNCIA



NO CAMPO E NA CIDADE

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

À equipe do CEDI,
Gostamos muito da revista
"Tempo e Presença" nº 197,
principalmente dos artigos sobre
Juventude e Constituinte.
Estou passando a revista a outros colegas.

Margarida Maria de Jesus,
Cabo Frio, RJ.

Companheiros do CEDI,
Escrevo para parabenizá-los
pela excelente revista sobre a
juventude (T e P nº 197). Nós da
Pastoral da Juventude no Meio
Popular sabemos o quanto são
importantes estas publicações
para a Pastoral da Juventude
em geral.

Luciano Mendes,
Contagem, MG

Prezados amigos,
A revista "Tempo e Presença" tem nos trazido muita contribuição para as reuniões que participo com outras militantes da Renovação Cristã no Brasil (não confundir com a Católica).

Gostei do último número, dedicado a Frei Leonardo Boff; e espero que continuem assim por bastante tempo.

Heloisa Nunes da Silva,
Rio de Janeiro, RJ

Prezado Editor,
Acabo de receber o material
publicitário destinado a divulgar o XI Congresso Eucarístico
Nacional, a realizar-se em
Aparecida-SP, neste mês de julho. Fiquei impressionado
diante de enfática coincidência. Num cartaz maior, o símbolo genial do Congresso:
emoldurada pelo mapa do Brasil, a imagem estilizada da Virgem Aparecida; no seio desta,
a Hóstia consagrada; logo
abaixo, uma palavra latina, escrita em caracteres grandes e
escuros, o título do cântico de
Maria; mais abaixo, duas mãos
repartindo um pão e em letras
negras e bem magrinhas, a
palavra de ordem do Congresso:
"Pão para quem tem fome";...
mas o que sobressai mesmo — e logo dava na vista de
quem olhava de longe — era o nome do patrocinador:
B R A D E S C O! Isso, em letras
gordas e vermelhas, sobre
branco. Recebi também um
cartaz pequeno, reproduzindo o
mesmo desenho, mudando
porém o patrocinador, desta
feita o BFB, Banco Francês e
Brasileiro S.A.... Finalmente,
um informativo sobre o Congresso,
que me chega pontualmente
pelo Correio, "gentileza do ITAU, o banco eletrônico"!

Realmente, num habilidosíssimo passe de mágica ou super-engenhosa alquimia, os protagonistas do importante evento conseguiram fundir, numa originalíssima amalgama, o Sacramento maior dos cristãos e o símbolo mais eloquente do sistema capitalista; o mais contundente canto de protesto da nossa fé, o Magnificat, poema de louvor ao Deus que arrasa com os soberbos, com os poderosos, com os ricos, toda classe de opressores, e as siglas dos expoentes máximos da opressão, da prepotência, da riqueza e da exploração em nosso país; mãos e dizeres que falam de pão repartido entre todos os que têm fome, e os tentáculos deste povo quase irresistível, que não obstante as esporádicas e ilusórias aparições assistencialistas, se nutre do sangue dos empobrecidos, desnutridos e anêmicos, que são a imensa maioria do povo desta terra.

O que eu gostaria de saber mesmo era qual a teologia que está por trás de tão espúrios processos. Para este tipo de teólogos, porém, nenhum censura, nenhum padrenoso de penitência. Paciência, Frei Leonardo! Se eles não tivessem as mãos a Populorum Progressio, a Octogesima Adveniens, a Laborem Exercens, os documentos de Medellín e de Puebla, mereceriam o perdão do Pai. Mas eles sabem o que fazem.

Pe. Reginaldo Veloso,
Recife, PE.

Prezado Sr.
Já há tempos conheço esta revista. Já usei vários artigos para refletir e para organizar algum trabalho com o povo.

Cecília B. Franco,
Mirandópolis, SP.

Amigos,
"Como o quero-quero na
coxilha

Grita se alguém se aproxima
"Tempo e Presença" chega
do correio

Todo o meu ser logo se
anima"

Agradeço o envio de suas
publicações e faço votos que
sempre continuem com a mesma
coragem a denunciar os erros e apontar saídas. Deus
abençoe seu esforço e nos una
sempre mais!

Pe. Ivo Antonio Moehleck,
Estação Getúlio Vargas, RS.

Aos amigos do CEDI,
Acabo de receber e ler a última
"Tempo e Presença", nº

198. Acredito que, em forma de revista, foi o que de melhor saiu, em relação ao "caso Boff". O objetivo desta carta vai neste sentido, ou seja, que as informações não estão chegando como deveriam chegar às bases. Gostaria que me mandassem 10 exemplares da citada revista, pois pretendo passá-las aos coordenadores e responsáveis de comunidades, para que possam tomar conhecimento da amplitude do problema, bem como da reação que houve, não só a nível do Brasil, mas sim internacional.

Pe. Wilson Roberto Zanetti,
Limeira, SP

tempo e presença

Revista mensal do
CEDI
Número 199
Julho de 1985

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, Jardins
Telefone: 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva,
Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozzo,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Editores
Dermi Azevedo
José Ricardo Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo -
Reg. Prof. n. 239

Editor Gráfico
Sérgio Alli

Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146 - sala 4
05448 — São Paulo — SP

Composição e impressão
Cia. Editora Joréis

Selo da Constituinte feito a partir
de foto de Sérgio Berezovsky/
Colaboração do
DEDOC/EDITORA ABRIL

Foto de Capa:
Luiz Morier/
JORNAL DO BRASIL

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 3.000
Números atrasados:
Cr\$ 2.000

As cartas para a revista
"Tempo e Presença" devem
ser enviadas, aos cuidados do
editor, para o CEDI — Av. Hi-
gienópolis, 983 — 01238 — São
Paulo — SP.

ÍNDICE

Terra

4 UM BALANÇO DO 4º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Regina Reyes Novaes

7 A QUESTÃO DA TERRA E A "NOVA REPÚBLICA"

João Pedro Stédile

Violência

10 VIOLENCIA POLICIAL NA GREVE DOS BÓIAS-FRIAS

José Domingos Braghetto

12 A VIOLENCIA NA GREVE DO ABC

Programa Movimento Operário e Igrejas no ABC

Constituinte

14 O COMPROMISSO DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Entrevista de Jó Resende a José Ricardo Ramalho

Caso Boff

16 CRISTÃOS ALEMÃES PROTESTAM CONTRA SILENCIO IMPOSTO A BOFF

Documento do "Grupo de Freckenhorst"

América Central

17 PAZ NA AMÉRICA CENTRAL INTERESSA AO BRASIL

Entrevista de Rubem Zamora a Dermi Azevedo

19 O BRASIL NÃO PODE ASSISTIR IMPASSÍVEL À DECLARAÇÃO DE UMA GUERRA NO CONTINENTE

Documento da Conferência "O Brasil frente à crise centro-americana"

Livros

21 EUCARISTIA E COMPROMISSO SOCIAL

De Antônio Haddad,

AGRICULTURA SUICIDA

De Paulo San Martin

Bíblia Hoje

22 LITURGIA (1)

Rubem Alves

Poema

24 HINO A REAGAN

Dom Pedro Casaldáliga

Morte contra vida

A terra — dom de Deus a ser administrado, com justiça, pelos homens — tornou-se, no Brasil, um fabuloso objeto de negócio e campo de uma verdadeira guerra. Uma guerra declarada por empresas e empresários (ajudados, nos últimos 21 anos, pelo governo militar) contra milhões de trabalhadores sem terra, indígenas e pequenos proprietários, gradativamente sufocados pelo grande capital. As vítimas são contadas aos milhares: espoliação das terras dos índios, assassinato de lideranças sindicais, migração forçada do campo para a cidade, suicídio de agricultores (como ocorreu, recentemente, no Sul) ao verem suas terras devoradas pelo latifúndio.

O anúncio da aplicação do Estatuto da Terra pelo atual governo foi suficiente para que essa guerra fundiária chegassem às manchetes. E para que o ódio acumulado contra os promotores de mudanças em profundidade, no país, ressurgisse em grande escala. É difícil, neste momento, fazer qualquer prognóstico sobre as consequências deste acirramento de contradições no campo.

Uma visão conjunta campo/cidade indica que a mudança de governo não trouxe qualquer alteração substancial quanto aos direitos sindicais dos trabalhadores e nas bases institucionais da negociação coletiva. A Convenção 87, da OIT, que garante liberdade e autonomia sindical, foi aprovada na Câmara, mas continua bloqueada pelo governo, com o apoio da burocracia encastelada na estrutura sindical e apesar da pressão da CUT e lideranças sindicais autênticas. O anteprojeto de lei de greve do Ministério do Trabalho modifica a forma, mas mantém, na essência, a impossibilidade legal de movimentos grevistas. Mais grave do que tudo isso, tem sido a atuação do governo contra os trabalhadores em greve:

mais de 100 demissões nos correios, conivência com as montadoras de automóveis na não negociação e na demissão de mais de 3 mil operários no ABC paulista, uso da polícia contra os grevistas bóias-frias no interior de São Paulo e contra os metalúrgicos, nas recentes greves.

No plano internacional, a violência contra o projeto de libertação dos povos centro-americanos — particularmente contra a Revolução Sandinista e a luta salvadorenha — marcam este mês de julho. O boicote comercial contra a Nicarágua e a aprovação de novas verbas para a contrarrevolução somozista, por parte dos EUA, torna ainda mais presente a ameaça de intervenção plena dos marines na América Central.

Aumenta, em contrapartida, a solidariedade internacional para com estes povos. Cresce o consenso mundial em favor de soluções justas, pacíficas e negociadas para os conflitos nessa região. Os cristãos e todas as pessoas de boa vontade unem-se para freiar o projeto belicista de Reagan.

Avulta, também, outra terrível violência: a do sistema financeiro capitalista que esmaga o Terceiro Mundo, transferindo até a última gota de sangue dos países dominados para os grandes centros do capitalismo, como se observa na monstruosa lógica da dívida externa, das taxas de juros e do FMI.

Diante de todas as forças da morte, dentro e fora de nossos países, cresce a consciência da articulação das forças da vida. Unem-se, numa só luta, metalúrgicos do ABC, bóias-frias de Ribeirão Preto, latino-americanos que resistem ao Império e norte-americanos que tomam consciência de que são as primeiras vítimas do complexo industrial-militar. Todos vamos aprendendo, na prática, a distinguir quem realmente separa e divide a humanidade.

Um balanço do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado recentemente em Brasília, representou, em termos gerais, um avanço com relação ao anterior, no plano da análise política e do alcance das reivindicações. As questões mais polêmicas, entre os congressistas, foram a Reforma Agrária com ou sem o Estatuto da Terra; a nova Lei de greve; unidade, unicidade ou pluralismo sindical.

Regina Reyes Novaes

Realizou-se em Brasília, de 25 a 30 de maio passado, o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, promovido por 2600 sindicatos, 22 Federações e pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), com a participação de 4455 dirigentes sindicais, delegados de base, assessores e observadores credenciados. A abertura teve a presença do Presidente José Sarney e, durante o congresso, falaram e responderam às perguntas dos trabalhadores os Ministros da Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Previdência Social e da Agricultura e o Presidente do INCRA. Participaram do encerramento representantes da Igreja Católica, do Ministro da Justiça e do Presidente da Câmara dos Deputados. O momento mais importante do encerramento foi, sem dúvida, a leitura dos nomes dos trabalhadores rurais assassinados nos últimos anos. Inicialmente, depois de cada nome lido, o plenário respondia: "presente!" Porém, em dado momento, depois de cada nome, a plenária passou a clamar em uníssono: "justiça!"

QUESTÕES POLÉMICAS

Funcionaram, durante o Congresso, seis comissões de trabalho: Sindicalismo, Questões Trabalhistas, Questões Agrárias, Política Agrícola, Questões Nacionais e Previdência Social. Cada uma delas produziu documentos que foram posteriormente apresentados à plenária para discussão e aprovação.

A composição das comissões foi heterogênea em termos de categorias de trabalhadores (pequenos proprietários, assalariados, posseiros, etc), em termos regionais e, também, em termos de diferentes concepções e correntes sindicais.

Varias questões produziram debates e polêmicas durante o Congresso. Destacaremos aqui apenas três:

REFORMA AGRÁRIA COM O ESTATUTO DA TERRA?

A Comissão de Questões Agrárias teve na questão da concepção e viabilidade de Reforma Agrária um dos pontos principais de discussão.

Sindicalistas da área de influência da CUT e do Movimento dos Sem Terra exibiam um adesivo: "REFORMA AGRÁRIA, SIM, - ESTATUTO DA TERRA, NÃO." Isto porque, em seu ponto de vista, o "Estatuto da Terra já foi aplicado e é contra o interesse dos trabalhadores", pois acaba por combater uma outra Reforma Agrária que vem surgindo a partir dos próprios trabalhadores através da resistência e ocupações de terra.

Em contrapartida, para a maioria dos que integravam a Comissão, o Es-

tatuto da Terra ainda se apresenta hoje como um instrumento de democratização do acesso à terra que — se aplicado — resultaria em benefício para trabalhadores de várias regiões.

Neste grupo prevaleceu a tentativa de considerar e dialogar com a minoria atuante (sem apelar para votações precipitadas como demonstração de força). Desta forma pôde-se encontrar formas intermediárias, levando-se em conta as divergências.

Quanto ao Estatuto da Terra, o documento enviado à plenária ficou com a seguinte redação: "Imediata aplicação do Estatuto da Terra, para que seja iniciado o processo de Reforma Agrária, respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Elaboração imediata de uma proposta de Lei de Reforma Agrária, a partir dos pontos positivos do Estatuto da Terra e baseada nas resoluções do 4º Congresso a serem apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte".

UMA NOVA LEI - ANTI GREVE?

O anteprojeto governamental de Negociação Coletiva e do Direito de Greve, apresentado pelo Ministro do Trabalho, foi motivo de acalorada discussão no grupo sobre "Questões Trabalhistas."

A partir da análise feita pelos assessores jurídicos, ficou claro que tal anteprojeto não atende às aspirações da classe trabalhadora. Ao contrário das expectativas positivas, em determinados pontos é um retrocesso diante da atual legislação.



FOTO SIDNEY WISMANN

Não se fala mais em greve ilegal, mas em greve improcedente. E o fato da produção de álcool constar entre as atividades essenciais, preocupa os trabalhadores da lavoura canavieira.

Houve consenso da plenária sobre os prejuízos acarretados por essas propostas. Porém, ao final do debate, duas hipóteses estavam na mesa: Tratava-se apenas de sugerir modificações? Ou tornava-se necessário repudiá-las como um todo e reivindicar a participação dos trabalhadores na criação de nova lei?

Dante do impasse, foram distribuídas cópias do anteprojeto para que todos tivessem oportunidade de analisá-lo. No dia seguinte houve consenso no sentido do repúdio.

O documento elaborado e aprovado pela plenária, conclui: "o anteprojeto governamental, a exemplo da lei 4330/64, não atende às reivindicações da classe trabalhadora, não refletindo os compromissos assumidos pela Nova República, representando o pensamento das forças conservadoras que estão no Governo. Deve ser elaborado pelos trabalhadores, através das entidades sindicais e suas assessorias, um anteprojeto substitutivo que garanta as prerrogativas já conquistadas, com a inclusão das proposições aprovadas neste Congresso, cabendo uma articulação de todo o Movimento Sindical para pressionar o Congresso Na-

cional no sentido da aprovação das nossas legítimas reivindicações. Os trabalhadores saberão dar a sua resposta".

UNIDADE, UNICIDADE OU PLURALISMO SINDICAL?

Em 1979, o 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais, aprovou a Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa à liberdade e à Proteção do Direito Sindical. O Brasil é signatário da Convenção, mas só recentemente a Câmara dos Deputados a ratificou, restando agora ao Senado aprová-la.

No entanto, neste 4º Congresso, houve divergências sobre o assunto. A grosso modo, podemos dizer que os dirigentes e delegados mais próximos à CUT votaram a favor da ratificação da Convenção, procurando manter a decisão do 3º Congresso de 1979. Outros setores, porém, votaram pela não ratificação da Convenção 87 da OIT, sugerindo revogação do título 5º da CLT e princípios para uma nova legislação sindical.

Uma questão de fundo estava em jogo. Os que defendiam a ratificação chamavam a atenção para a importância dos pontos que a Convenção garante: direito de criar e organizar os sindicatos sem autorização prévia do Governo, elaboração livre dos estatutos e regulamentos, eleições livres das diretorias e proibição da intervenção

do governo, liberdade para elaborar seu programa de ação, para organizar a administração do sindicato e decidir sobre o emprego a ser dado a seus recursos, direito à greve, organização de federação, confederação e central sindical, direito de filiação a centrais sindicais internacionais.

Para os que votaram contra a ratificação da Convenção, não se tratava de negar os princípios enumerados acima; tratava-se, antes, de assegurar outros: unicidade sindical e existência de uma única central sindical nacional.

Enquanto, para os primeiros, em nenhum momento a Convenção 87 prevê ou estimula a pluralidade sindical, para os segundos, no sumário da mesma, haveria uma referência explícita à questão da existência de vários sindicatos em uma mesma categoria, o que — em seu ponto de vista — enfraqueceria o movimento.

Venceram aqueles que votaram contra a ratificação da Convenção 87 da OIT. Resta-nos, agora, aguardar os futuros encaminhamentos que serão dados a nível de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações e CONTAG para a construção da unidade, independentemente de convicções religiosas, políticas e ideológicas, mas que seja algo representativo da classe trabalhadora e conte com — proporcionalmente — as várias tendências ou formas de pensar existentes dentro dos sindicatos.

O IV CONGRESSO: UM PRIMEIRO BALANÇO

Podemos dizer, cremos que sem medo de errar, que o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a nível do debate e dos documentos aprovados, reprentou um avanço. Superou o 3º Congresso, em termos de análise política e alcance das reivindicações.

Para tanto, contribuíram, sem dúvida, sindicalistas combativos ligados à CUT e à CONCLAT. Isto porque não podemos deixar de assinalar a presença, numericamente significativa, de dirigentes sindicais conservadores, cuja maior preocupação é manter o poder e as vantagens decorrentes do sindicalismo assistencialista e atrelado ao Estado. Dos quais, algumas vezes, se aproximam outros, da área de influência de esquerda tradicional, que se preocupam basicamente em defender mudanças graduais e seguras que não coloquem em cheque "os rumos da Nova República".

O momento privilegiado para a visualização das forças sociais que compunham o conjunto dos participantes aconteceu quando foram discutidas as formas de eleição para as Federações e a Confederação.

O desejo de muitos daqueles para quem a mudança significa perda de benefícios, era manter o já estabelecido. Ou seja, por exemplo, 22 presidentes de Federação elegendo 28 membros para a diretoria da CONTAG.

Como, porém, na atual conjuntura tal proposta torna-se indizível, trataram de se juntar a outros — àqueles que desejam mudança gradual e segura — defendendo um Colegio eleitoral maior, para eleição em um futuro Congresso de Trabalhadores, a ser marcado após a Constituinte.

A CUT e os setores mais comprometidos com o avanço das lutas dos trabalhadores, ligados à CONCLAT, propunham eleições para a CONTAG, durante o 4º Congresso, de onde sairia uma diretoria que representasse o quadro atual do movimento rural.

Existiam também os que defendiam eleições diretas para todos os níveis. Para estes, parecia inconcebível clamar pelas diretas na sociedade e não no interior do movimento sindical. Como contra-argumento para essa idéia das diretas, vários segmentos colocavam questões relativas ao poder econômico local que poderia, ainda hoje, reverter, em seu benefício, a proposta democrática.

A solução encontrada para a eleição da CONTAG foi a seguinte: eleição em

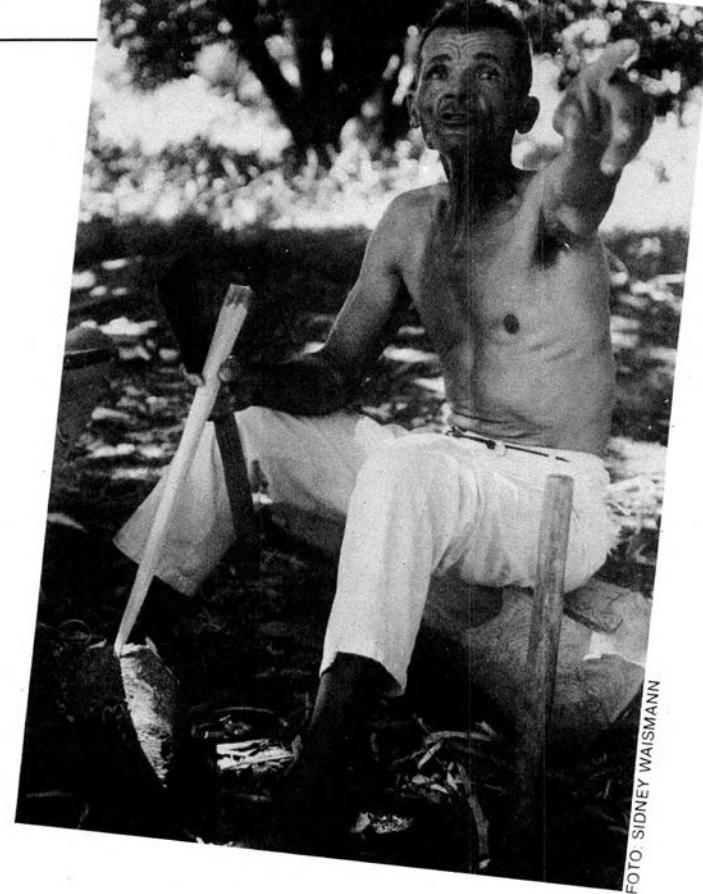


FOTO: SIDNEY WAISMANN

congresso marcado para dezembro deste ano, no qual, após a avaliação do trabalho da diretoria e a definição do programa, votarão os membros da diretoria efetiva de cada federação filiada e mais um delegado por sindicato da categoria, escolhido entre os membros da diretoria, sendo assegurado um mínimo de 50 delegados para os estados que tenham um número de sindicatos de trabalhadores rurais inferior a cinqüenta.

Nem é preciso assinalar que, obviamente, esta "solução" representa um "arranjo" entre as forças que compunham o Congresso. Porém, o mais importante é atentar para o processo que tornou tal "arranjo" possível. Coube a sindicalistas ligados à CONCLAT e preocupados tanto com a unidade do movimento sindical quanto com a necessidade de compatibilizá-lo com o momento atual, arquitetar a "solução".

Por outra parte, os sindicalistas e delegados ligados à CUT contribuíram indiretamente para que se chegasse à proposta final. Na medida em que se fizeram presentes e atuantes nas comissões e nas reuniões plenárias, suas propostas funcionaram como um ponto de referência obrigatório durante a barganha política que culminou na determinação da data do congresso para dezembro.

Em outras palavras, suas propostas foram, sem dúvida, lembradas e consideradas, para que se chegassem a soluções políticas intermediárias. Neste sentido, obtiveram êxito, pois ainda que não lograssem atingir seu objetivo de realizar eleições durante o 4º Congresso, contribuíram para que fossem, em certa medida, derrotados tanto aqueles que queriam, pura e simplesmente, o continuismo, como aqueles que não pretendiam marcar a data do congresso, ganhando, assim, tempo para fortalecer suas concepções no interior do movimento.

Como disse Weffort, "na história dos homens, não é difícil reconhecer as mudanças que aconteceram. Difícil é reconhecer as mudanças que estão acontecendo" (Revista Isto É, 5/7/85). No 4º Congresso, houve mudança para melhor! Resta-nos aguardar dezembro e acreditar que, naquela ocasião, haverá uma eleição que preservará a unidade do Movimento Sindical Rural. Não uma unidade "por decreto" ou pela exclusão das diferenças. Mas uma unidade construída, que reflete, através da composição ou da proporcionalidade, a atual configuração do Movimento Sindical do campo.

Regina Reyes Novaes é professora da Universidade Federal da Paraíba e colaboradora do CEDI.

A questão da terra e a “Nova República”

Uma autêntica Reforma Agrária no Brasil não depende de discursos e planos bonitos, nem das boas intenções das autoridades fundiárias da “Nova República”. Depende fundamentalmente da organização dos próprios trabalhadores e do avanço de suas lutas. É o que diz, neste artigo, João Pedro Stédile, do Movimento dos Sem Terra e da CPT. Ele destaca a continuidade da violência no campo, inclusive em governos do PMDB e a presença do latifúndio, com um terrível quadro de influências e de poder.

João Pedro Stédile

No dia 7 de maio passado, cerca de 40 lavradores de 10 estados do país, dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estiveram todo o dia em audiência muito amistosa e informal com o Ministro da Reforma Agrária (MIRAD), Nelson Ribeiro e com o presidente do INCRA, José Gomes da Silva. Entregaram uma série de documentos a nível nacional e dos estados. Levaram uma pauta de exigências concretas do movimento. As autoridades apoiam e prometeram incluir essas reivindicações no Plano Nacional de Reforma Agrária que será o programa de governo para o campo. Há poucos meses, uma cena dessas seria inimaginável. E todos, agora, estamos a nos perguntar? O que vai mesmo mudar com a “Nova República”?

Vamos ver alguns dados a mais sobre a nossa realidade sócio-econômica no campo. Recentemente, o INCRA divulgou os dados atualizados da estrutura fundiária que o sr. Paulo Yokota (o presidente anterior) recusava-se a pu-



blicar, desde 1978. Será que tinha medo? Esses dados estão na tabela da página 8.

No quadro, entre outros dados detalhados, queremos chamar a atenção para duas informações. Existiam no país — em 1984 — 2.517.000 imóveis rurais classificados como minifúndios, ou seja, que são insuficientes para garantir a sobrevivência e o progresso sócio-econômico de uma família de lavradores, que detinham 42,8 milhões de hectares.

Por outra parte, existiam 1.164.000 imóveis classificados como latifúndios por exploração, ou seja, que exploraram muito mal a terra e que detinham nada menos que 262 milhões de hectares. E o que é mais grave é que apenas 300 imóveis classificados como latifúndios por dimensão, ou seja, totalmente improdutivos, controlavam 47,5 milhões de hectares. Portanto, apenas 300 famílias possuem mais do que os 2,5 milhões de minifundiários, além dos seis milhões de famílias sem nenhuma terra!

Desapropriar 300 famílias de latifundiários significa, de uma hora para outra, dobrar a área de 2,5 milhões de fa-

mílias ou dobrar a área total destinada à produção agrícola do país ou garantir oito hectares para cada família sem terra.

As estatísticas sobre a propriedade das empresas multinacionais são imprecisas. Mas os estudos já realizados indicam que, hoje, essas empresas controlam, no Brasil, entre 30 e 50 milhões de hectares de terra. E essas propriedades não se classificam como latifúndios pois são registradas como empresas. E aí se teria outra área equivalente à anterior.

Essa é a realidade do ponto de vista econômico. Do ponto de vista social, as injustiças sofridas pelos milhões de trabalhadores rurais sem terra são conhecidas por todos: sem direito à moradia, sem direito à educação para eles e para seus filhos, sem direito à assistência médica e previdenciária. Desgraçados da vida, sem futuro. Sobrevivendo teimosamente no campo, trabalhando, sem cessar, para os grandes proprietários de terra.

Os governos militares nada fizeram no campo. Apenas ajudaram o processo natural do capitalismo, concentrando terras e expulsando mão-de-obra

para as cidades. Só que com mais violência! Diziam, na televisão, que o Imposto Territorial Rural iria democratizar o acesso à propriedade e que haviam sido distribuídos mais de um milhão de títulos "na maior reforma agrária do mundo".

Hoje está provado: 60% dos latifundiários não pagam o ITR (Imposto Territorial Rural) e a dívida ao governo é de dois trilhões de cruzeiros. E os títulos de propriedade não passaram, a rigor, da entrega a 140 mil famílias que tiveram acesso à terra, através da colonização, durante os vinte anos do regime militar.

Pois bem, é diante desse quadro que se encontram 6,5 milhões de famílias sem terra, entre parceiros, arrendatários, pequenos posseiros e assalariados! E a "Nova República" vai mudar essa realidade?

As intenções esboçadas no famoso Plano Nacional de Reforma Agrária parecem boas. Mas são mais fruto da boa vontade do atual ministro e do novo presidente do INCRA e da habilidade em incorporar as reivindicações dos trabalhadores do que do resultado de um programa, das forças políticas que sustentam o atual governo da Aliança Democrática.

Constam do plano as metas de assentar 100 mil famílias, ainda esse ano e de aumentar para 350 mil essa cota, nos próximos anos. O plano cita, também, a desapropriação de todas as áreas de conflitos, terminar com a violência da polícia, resolver os problemas indígenas, entre outras coisas. Tudo muito bonito, no papel. Até surpreendeu os trabalhadores!

Mas isto irá para a prática? Sairá do papel? A experiência dos trabalhadores rurais tem demonstrado que discursos e planos não têm resolvido seus problemas. E, concretamente, a experiência dos movimentos populares do

No balanço fundiário, preponderam os latifúndios

O diretor da Divisão de Cadastro e Tributação do Incra, Carlos Lorena, também integrante da Comissão de Planejamento do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, concluiu a análise dos levantamentos imobiliários efetuados pelo seu departamento, ressaltando que "o Brasil tem muita terra concentrada nas mãos de poucos, o que justifica a adoção de uma reforma agrária imediata e inadiável".

Lorena informa que Brasil possui um total de 4,96 milhões de imóveis, distribuídos nas seguintes categorias: 2,51 milhões de minifúndios, 415 mil empresas rurais, 1,16 milhão de latifúndios por exploração e 300 mil latifúndios por dimensão.

Na análise dos números, o diretor de cadastro do Incra destaca que, "apesar de corresponderem a um baixo percentual dos imóveis rurais, os 300 mil latifúndios por dimensão abrangem uma área de 47,5 milhões de hectares, contra um total de 42,8 milhões de hectares referentes à soma territorial dos 2,51 milhões de minifúndios existentes no Brasil".

Outro exemplo do que define como "absurdo fundiário" é a "monumental diferença das áreas médias dos minifúndios e dos latifúndios. Enquanto um minifúndio tem uma área média de 17 hectares, a do latifúndio é de 158,33 mil hectares. Há ou não muita terra nas mãos de pou-

cos neste País? — pergunta Carlos Lorena.

Quanto à classificação dos imóveis, Lorena informa que as diferenças são estabelecidas por módulos. "Módulo é a área que permite a uma família média viver e obter progresso social. Antes da lei de 1979, que criou o módulo fiscal, o módulo media 5 hectares, no mínimo, e 100 hectares, no máximo. As áreas até ou abaixo de um módulo são denominadas minifúndios; as de 1 até 600 módulos, se preenchidas as condições de exploração da terra, são empresas rurais e, se não preenchidas, são latifúndios por exploração. As acima de 600 módulos são latifúndios por dimensão", esclarece.

O AVANÇO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS

Nº de imóveis e área total - por categoria - Brasil

CATEGORIA DOS IMÓVEIS	Nº IMÓVEIS RURAIS (em mil)			% SOBRE O TOTAL			ÁREA (ha) (em milhões)			% SOBRE O TOTAL			ÁREA MÉDIA (ha)		
	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1972	1978	1984
MINIFUNDIO	2.437	2.016	2.517	71,95	67,49	61,44	46,3	39,3	42,8	12,50	9,46	7,54	19	19	17
EMPRESA RURAL	163	99	415	4,81	3,31	10,13	36,0	20,7	115,0	9,72	4,98	10,27	221	209	277
LAT. POR EXPLORAÇÃO	787	872	1.164	23,23	29,19	28,42	270,0	318,1	262,0	72,92	76,58	63,82	343	365	311
LAT. POR DIMENSÃO	0,2	0,3	0,3	0,01	0,01	0,01	18,0	37,3	47,5	4,86	8,98	8,37	90.000	124.333	158.333
TOTAL	3.387,2	2.987,3	4.096,3	100	100	100	370,3	415,4	567,3	100	100	100	109.000	139.000	132.000



FOTO: MARISTELA MAFI

campo, com os governos de oposição nos estados, tem sido das piores possíveis.

Vejamos os exemplos: os governos estaduais tidos como mais avançados, como os de Franco Montoro (em São Paulo) e José Richa (no Paraná), agem com extrema lentidão e burocratismo, quando não utilizam a polícia contra os trabalhadores. Montoro não consegue, já há dois anos, resolver o problema de 400 famílias do Pontal do Parapanema e de cinco ocupações de terras públicas da CESP, FEPASA e Secretaria da Agricultura em que os agricultores foram duramente reprimidos pela polícia.

A violência policial e de empresários rurais tem aumentado nos governos do PMDB, no Pará e em Goiás. No ano passado, foram assassinados 118 lavradores, a maioria deles líderes. E, em grande parte, em estados governados pelo PMDB. O governador do Espírito Santo, Gérson Camata, ajudou a acobertar o seu amigo, o fazendeiro Acrino Breda, mandante do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, Benedito Alves Bandeira, o Benenzinho. O governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins, chegou a enviar a Polícia Militar — em trajes de combate à guerrilha — para amedrontar uma festa da vitória, realizada em Nioaque, depois que

os agricultores já estavam assentados. E isto há apenas dois meses!

E os novos coordenadores regionais do INCRA — que poderiam exercer um papel positivo no processo de Reforma Agrária — foram e estão sendo escolhidos, com raras exceções, através de conchavos políticos entre os deputados federais da Aliança Democrática. Há, inclusive, o caso de um estado em que a disputa entre deputados foi feita através de sorteio.

A experiência tem, portanto, demonstrado que, desse tipo de governo, pouco se pode esperar. E isto apesar da boa vontade de alguns. Do lado dos trabalhadores rurais, a situação, no entanto, não é de esmorecer. Ao contrário, o povo está se conscientizando cada vez mais. É cada vez maior o número de sindicatos que se transformam em combativos. E a organização na base está avançando.

Nesse ano de 1985, tem sido muito rico esse processo de articulação e organização. Em janeiro passado, realizou-se o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que reuniu, em Curitiba (PR), mais de 1.500 delegados de todo o país para discutir e encaminhar suas lutas. E, no final de maio, aconteceu, em Brasília, o 4º Congresso Nacional da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) que reuniu quatro mil

delegados para discussão e troca de experiências sobre o enfrentamento da realidade em seus estados.

É, também, importante destacar a realização, no mês que vem, da assembleia nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Apesar de não ser um organismo de trabalhadores, a CPT avaliará sua caminhada de dez anos de lutas, serviço e apoio aos trabalhadores rurais, inspirada no Evangelho de Jesus Cristo e independente de todas as pressões, vindas de toda parte.

Este é, em síntese, o quadro da questão da terra na "Nova República". Entre os lavradores, existe uma grande esperança de dias melhores. Mas está cada vez mais claro — como algo certo — de que a Reforma Agrária só acontecerá a partir da organização dos próprios trabalhadores. Não são suficientes boas intenções, discursos e planos bonitos.

"A Reforma Agrária vai depender da gente. O governo só mudou o jeito de tratar", concluiu um dirigente do Movimento dos Sem Terra, depois de ficar uma semana em Brasília, discutindo o novo Plano de Reforma Agrária.

João Pedro Stédile é assessor do Movimento dos Sem Terra, da Comissão Pastoral da Terra e de sindicatos de trabalhadores rurais.

Com a Velha ou a Nova República, a violência contra os trabalhadores que se manifestam, pacificamente, em busca de seus direitos, continua a mesma. E o que indicam estes testemunhos sobre violências contra os metalúrgicos do ABC e contra os bóias-frias da região de Ribeirão Preto (SP)

nas recentes greves. Os relatos são impressionantes pela sua simplicidade que reforça o peso do que denunciam: a investida permanente — travestida, às vezes, de democrática — das forças do capital contra a autêntica classe produtora, a classe trabalhadora.



Bóia-fria morto, possivelmente pela Policia Militar, durante a greve de maio de 1984.

FOTO: OSMAR R. CARDOSO / COLABORAÇÃO DA CPT

Violência policial na greve dos bóias-frias

José Domingos Braghetto

A mais recente greve dos trabalhadores rurais volantes no Estado de São Paulo atingiu cerca de 28 cidades, num total de aproximadamente 80 mil bóias-frias e ocorreu no período de 21 de maio a 1º de junho passado. Envolveu trabalhadores da área canavieira e os que apanham laranja. Este pequeno relatório visa detalhar, na medida do possível, fatos que envolveram a Policia Militar do Estado de São Paulo que, mais uma vez, encarou o problema social com violência e como "caso de polícia". Se a greve não teve o sucesso esperado, foi devido ao aparato policial que atemorizou os trabalhadores, submetidos a diversas formas de violência.

22 DE MAIO

A PM dissolve o principal piquete na entrada de Pitangueiras, município vizinho a Ribeirão Preto e dentro da área de comando do capitão Milton Pink. São seis horas da manhã. Os comandantes Lombardi e Camargo dão a ordem de dispersar. Camargo ameaça prender os trabalhadores que, por acaso, estejam no trevo que dá saída para Jaboticabal e Ribeirão. A PM — com licença do prefeito de Pitangueiras — aloja-se no Centro Esportivo que o próprio prefeito cedera, um dia antes, para a assembléia dos trabalhadores.

Até os últimos minutos, a PM se recusa a sair do local, dizendo, a alguns

trabalhadores que já estavam chegando para a assembléia, que a mesma havia sido transferida de local. Essa mentira só serviu para desmobilizar e desacreditar as lideranças do Sindicato que tentavam, a todo custo, com o capitão Milton Pink, a cessão do local. Neste dia, os bóias-frias decidem, em assembléia, não mais fazer piquetes para não provocar a polícia, uma vez que o movimento sempre foi pacífico. Doze trabalhadores são detidos em Bebedouro.

23 DE MAIO

Dois trabalhadores rurais (Sílvio Ribeiro de Freitas, 27 anos e Celi Mar-

ques dos Santos, 32) estão conversando num bar, às 11 horas, pacificamente. De repente, a polícia chega, espancando e prendendo. Os dois ficam presos até às 16 horas. A advogada da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo), Olga Maria e o deputado do PT (Partido dos Trabalhadores), Anísio Batista, conseguem libertá-los, depois de conversarem com o capitão Pink, em Pitangueiras.

Neste mesmo dia, em Pitangueiras, a PM invade casas, espanca trabalhadores. Não deixa ninguém se reunir, nem na rua. Um trabalhador está diante de sua casa e é obrigado a trabalhar, forçado por um policial que lhe encosta o revólver nas costas. Um helicóptero da PM começa a sobrevoar toda a região, causando medo na população. Este tipo de aparelho não aparece, com freqüência, no interior. Configura-se o estado de sítio em Pitangueiras. A Polícia utiliza um caminhão tipo furgão para disfarçar o transporte da tropa: a chapa LZ 5199 é de São Paulo.

25 DE MAIO

São presos 56 trabalhadores em Serrana. Todos ficam confinados na praça de esporte da cidade: não há lugar na delegacia. Eles participavam de um piquete. Quando os policiais atacaram, deitaram-se no chão e foram levados. Em um piquete, em Pitangueiras, a PM espanca vários trabalhadores: Elza Fernandes da Costa, Geraldo Domingos de Carvalho e Élcio Wagner de Oliveira têm que ser medicados no hospital da cidade. A Polícia utiliza até holofote para procurar trabalhadores no mato e prendê-los. Policiais cortam o pneu da bicicleta de um bôia-fria e espancam trabalhadores que esperavam o caminhão, no ponto e que não participavam da greve.

Sabemos, hoje, que, dia 21, doze soldados invadiram a casa de José Pedro Rodrigues, em Pitangueiras e espancam o jovem Agnaldo Pires dos Santos e seu colega Darlete que levou pelo menos quinze cacetadas. Os policiais quebraram os utensílios domésticos, entre os quais o caldeirão de levar comida para a roça.

28 DE MAIO

Há muita tensão, pela manhã, no bairro Jardim Alvorada, em Bebedouro. A polícia chega por volta das seis horas e persegue os trabalhadores que se encontram num piquete. Os tenentes Alaor e Andreoli comandam a tropa.

Dois trabalhadores são presos e ficam duas horas no camburão: o carro da polícia dá voltas com eles, pela cidade, com freadas bruscas e zigue-zagues.

O carro de um dos diretores da Fetaesp, Waldomiro, é apreendido, sob acusação de furto. Este carro foi doado pelo Ministério do Trabalho para uso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé. A PM quer, visivelmente, prejudicar a Federação. Os trabalhadores de Bebedouro fazem uma passeata pacífica, acompanhada, ostensivamente, pela tropa de choque da PM, intimidando os agricultores em sua liberdade de manifestação. Três trabalhadores (Carlos Eduardo Lima, Paulo César Lima e Petronilo) são presos no distrito de Taquaral, Pitangueiras.

29 DE MAIO

Os soldados amanhecem nos piquetes, impedindo que se organizem. A tensão continua. Por volta das 11 horas, a PM persegue trabalhadores que se escondem numa casa. Há um clima de terror no bairro Cláudia, de Bebedouro. Um carro do Sindicato consegue recolher alguns lavradores. A PM

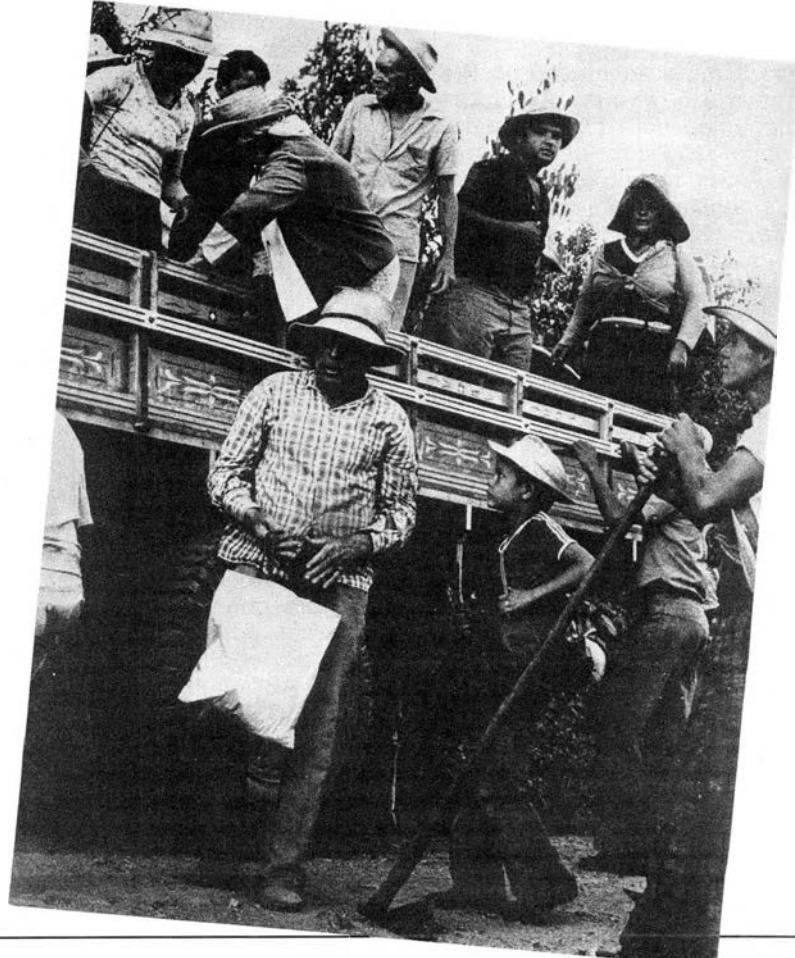
persegue o automóvel e depois desiste.

OFENSA MORAL

Estes foram alguns casos e situações que registramos. Muitos outros aconteceram. A PM conseguiu transformar uma luta pacífica por melhoria de vida num combate entre policiais e trabalhadores. Trata-se de uma luta, sem dúvida, desigual, pois o povo é ordenado e pacífico e não tem nenhuma intenção de atacar quem quer que seja. Se reagiu algumas vezes, foi em legítima defesa, diante de uma polícia que exorbitou de suas funções, agiu arbitrariamente e obrigou os trabalhadores a trabalhar. Em alguns municípios, como em Barrinha, a PM agiu conjuntamente com os chamados "gatos" ou empreiteiros de mão-de-obra.

Além das ofensas físicas, houve muita ofensa moral contra os trabalhadores, por parte dos soldados. Esperamos que tudo isso seja apurado e que os culpados sejam realmente punidos, para um novo ordenamento social.

O padre José Domingos Braghetto, da diocese de Jaboticabal, coordena a CPT (Comissão Pastoral da Terra) no estado de São Paulo.



A violência na greve do ABC

Programa Movimento Operário e Igrejas no ABC, do CEDI.

A campanha salarial dos metalúrgicos começou em março passado. Depois de vários dias de negociação, como não se chegou a nenhum acordo entre a FIESP e os sindicatos independentes, a greve começou a 11 de abril, reivindicando jornada de trabalho de 40 horas semanais, reajuste trimestral dos salários, estabilidade no emprego e o reconhecimento das comissões de fábricas.

Como sempre aconteceu no Brasil, os patrões e o governo utilizaram várias formas de violência contra os trabalhadores para desmobilizar o movimento. Antes mesmo da greve ser iniciada, a polícia já estava na porta das fábricas, prendendo os ativistas que pediam aos trabalhadores para não fazerem horas extras, durante a distribuição dos boletins do sindicato, sobre a campanha.

As empresas chamaram a polícia, com o argumento de proteger o seu patrimônio. Na verdade, ela veio intimidar os trabalhadores, de diversas formas, nas portarias e dentro das fábricas. Nesses locais, ficavam os carros da Operação Polo e da Ronda Escolar, mais os camburões da PM, a cavalaria e os caminhões da tropa de choque. Segundo o governo Montoro, tudo isso serve para proteger a população.

Os policiais ameaçavam os trabalhadores que estavam fora da fábrica de bater neles com os cassetetes, caso não voltassem ao trabalho. Houve casos, como na Carfiz, em Diadema, em que os policiais chegaram a entrar nos banheiros femininos, levando, à força, as mulheres para as máquinas.



FOTO: CEDI

Dentro das empresas, outras táticas foram utilizadas: contratação de um grande número de seguranças de firmas particulares e de "coringas", pessoas cuja única função dentro das fábricas é a de descobrirem os ativistas e verificarem como o movimento está se organizando; corte da água e do café para os operários, fechamento dos restaurantes e retirada dos ônibus para criar um clima de tensão entre os grevistas; assembleias nas secções, presididas pelos chefes, afirmando que a greve era política, ameaçando demitir e apresentando, como único acordo possível, a decisão do segundo julgamento do TRT.

O Tribunal Regional do Trabalho declarou-se incapaz de julgar a legalidade ou ilegalidade da greve, no primeiro julgamento. Mas, no segundo, declarou a greve ilegal. Apesar de o primeiro julgamento determinar 45 dias de estabilidade, as firmas começaram a demitir, por justa causa, depois dos primeiros dias de greve.

Nas fábricas, os seguranças faziam um corredor na portaria e todos os funcionários deviam mostrar suas carteirinhas. Os demitidos ficavam sabendo na hora, que tinham sido dispensados e já não podiam mais entrar. Ocorreram, ao todo, quase 6 mil demissões só no ABC. Foram dispensados trabalhadores com doenças profissionais, pessoas acidentadas, mulheres grávidas e até mesmo alguns operários que já tinham morrido, pouco antes do início do movimento, além de ativistas, membros das comissões de fábricas, CIPA e diretores do sindicato (apesar de terem estabilidade garantida por lei)

em um total desrespeito à legislação. Na Volks Automóveis e na Volks Caminhões, houve uma média de 23 demissões diárias.

As listas já estavam prontas há muito tempo porque as empresas em que os trabalhadores estavam mais organizados não conseguiam dispensar ninguém, pois toda a secção entrava em greve. As indústrias aproveitaram o momento para reduzir o pessoal e mandar embora todos os ativistas. O desemprego é uma ameaça que amedronta o trabalhador, diante da dificuldade de conseguir outro trabalho. Além disso, as fábricas colocaram anúncios de que tinham vagas e, ao lado dos grevistas, ficavam as filas com milhares de desempregados.

DEPOIMENTO DE UM OPERÁRIO

É este o depoimento de José Milton de Souza, que trabalha na Motores Perkins e é 1º secretário do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema:

"...não se podia fazer rodinha na Piraparinha, a polícia vinha com cassetetes na mão e dispersava essas rodinhas. Um fato que também aconteceu é que como eles dispersavam essas rodinhas, mas não conseguiam colocar ninguém para dentro da fábrica, eles saíam com os seguranças da fábrica que apontavam quem era funcionário da Arteb. Os policiais, com os cassetetes, puxavam os trabalhadores para dentro da fábrica, cutucando e, às vezes, até batendo nos trabalhadores, até eles entrarem na fábrica.

Um dia chegou um esquema muito forte de segurança, parece-me 4 ou 5

caminhões da tropa de choque, vários camburões e uma Polo e vários trabalhadores, cerca de 300, 400 da Arreb e da Carfriz, que são duas empresas praticamente vizinhas, estavam tentando entrar em conflito com a polícia militar. Para a gente evitar, ficamos eu e o companheiro Cândido, mais o companheiro Ernesto, da Carfriz, pedindo que o pessoal se retirasse e não entrasse em conflito com os PMs. Infelizmente eles pegaram a gente, prenderam na porta da Arreb, bateram muito na gente, levando para a delegacia, dizendo palavras de baixo calão em cima do nosso nome, dizendo que a gente era baderneiro, grevista, piqueteiro, e que iam levar a gente para o Riacho Grande, para dar um pau. Passando da porta da Arreb, segurando a gente dentro da perua da Polo que é H 675, levando a gente lá para o 6º batalhão, depois do 6º batalhão conversaram com o comandante, levaram a gente lá para o 3º DP do bairro Assunção. Descendo da 675, a gente apanhou muito e no fim colocaram eu e o companheiro Ernesto numa roda de 8 policiais, primeiro o companheiro Ernesto, bateram muito no companheiro, depois chamando eu, colocando numa roda de muitos policiais, me bateram muito dizendo que eu ficava em cima do microônibus do sindicato, fazendo discurso, que eles passavam fome. Na verdade não é isso que tinha acontecido um dia antes, no qual estava pedindo que os policiais entendessem a posição do Sindicato que também o salário deles era de fome. Eles me reprimiram muito, chutando a boca, batendo. No momento foi uma dor. Passando isso eu entendi que esse pessoal é perigoso e que não têm nada com o trabalhador mesmo. Depois, o próprio delegado do 3º DP, que é um delegado civil, conversando comigo disse que esse pessoal é dessa forma mesmo, que ninguém muda a cabeça deles. Depois me colocaram numa cela, dando umas pancadas dentro da cela. O advogado do sindicato chegou, me liberando da cela. Eu fui falar com o comandante Porfirio, eu e dr. Rui a respeito do que tinha acontecido. Esse comandante disse para a gente que ia avaliar, se realmente os PMs dele tivessem culpa, eles iam ser castigados. Só disse isso para a gente, em 2 ou 3 minutos que ele falou com a gente. O que nós entendemos é que foi ordem mesmo desse comandante que parece que agora foi transferido para Santos. A gente ficou na prisão, fomos presos às 7 e meia da manhã, ficamos na delegacia até 4 horas da tarde, mesmo com o advogado do Sindicato. Apesar de to-



FOTO: CEDIDA

da essa repressão nós tínhamos cerca de 700, 800 trabalhadores fora da fábrica. Dias depois eu convidei o companheiro Jair e o Lula para participar de uma assembleia, na qual eles nem falaram, quem fez uso da palavra foi eu e o companheiro Paulo Okamoto, pedindo para os companheiros retornarem ao trabalho. A gente foi porque se eu chegasse com o carro de som, sozinho, porque até passando na Piraporinha, eles queriam me prender. Então eu chamei o companheiro Lula para um apoio maior no momento..."

"...Depois que o Sindicato pediu o retorno ao trabalho, aconteceu que se reunissem mais de 2 ou 3 companheiros, policiais da PM, pagos 50 mil cruzeiros por dia, pela Arreb, para eles fazerem esses plantões, esse policial PM chegava e espancava esses companheiros. Espancando e dispersando

uma rodinha de 2 ou 3 companheiros. Bateram num companheiro que estava tentando organizar uma operação tartaruga, na sessão de produção, os PMs pegaram esse companheiro, levaram para dentro de uma sala da chefia, bateram nesse companheiro dentro da sala da chefia. Depois de 3 dias ele foi dispensado também por justa causa. Os policiais até hoje estão dentro da empresa. Não chegam a ser bem fardados, mas às vezes usam quepe, chegam assim no carro mesmo da polícia. Chegam com a Polo, ficam 3 ou 4 soldados lá dentro e ficam vigiando a fábrica, diariamente..."

"...Esse esquema policial foi montado na Arreb, na Carfriz, na Toyota, três empresas que estavam agora se organizando e muito bem. A Carfriz demitiu 106 companheiros, a Arreb mais 300 e a Toyota toda a Comissão de Fábrica mais 47 companheiros".



FOTO: CEDIDA

Constituinte: o compromisso da construção de uma sociedade democrática

A participação do movimento popular no processo que leva à Constituinte é fundamental para que ela seja aberta e comprometida com os interesses do povo. Nesse sentido, TEMPO E PRESENÇA foi buscar a opinião do líder comunitário e ex-presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), Jó Resende. Jó desenvolveu intenso trabalho à frente da FAMERJ, na defesa dos mutuários do BNH, e atualmente está sendo cogitado para concorrer à vice-prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na chapa do PDT.

Entrevista a José Ricardo Ramalho



Jó Resende

T e P — Qual a importância da Constituinte do ponto de vista das Associações de Moradores?

Nós das associações de moradores e das diversas formas de organização da população, além das lutas reivindicatórias do nosso trabalho em busca de melhores condições de vida, temos um compromisso básico, que é a construção de uma sociedade democrática. De uma sociedade onde o povo, de maneira organizada, tenha uma participação efetiva nas decisões; onde se respeite todas as diferenças de pensar e de agir e se admita a convivência democrática dessas diferenças; onde o social, o atendimento às necessidades fundamentais das pessoas, prevaleça sobre as relações do capital ou seja onde o trabalho prevaleça sobre o capital; uma sociedade no qual as iniciativas comunitárias micro-localizadas tenham expressão; onde toda essa prática social, se desenvolva plenamente e possa desembocar em novas propostas; uma sociedade onde os partidos políticos sejam representativos, tenham compromissos com os seus representados e com a população; onde

não haja discriminação ideológica, filosófica, religiosa ou partidária de nenhuma natureza; onde o poder legislativo seja respeitado e tenha um papel representativo, que expresse nas leis, no controle sobre a administração pública, o desejo de população; onde o poder executivo municipal, estadual ou federal, sejam efetivamente, um poder executivo, subordinado ao legislativo, ao judiciário e à população nas suas diversas formas de expressão; onde os recursos orçamentários sejam compartilhados na sua elaboração com todos esses poderes; onde a alimentação, a habitação, a saúde, a educação, sejam direitos básicos, constitucionais, que não sejam apenas direitos circunstanciais em função do interesse político momentâneo ou que isso seja passado para trás em função de uma economia em fase de expansão ou de recessão; que antes de se pensar na acumulação do lucro se garanta a sobrevivência; que antes de se pensar no ócio de poucos se garanta a sobrevivência de muitos. Tudo isso se traduz através do trabalho do dia-a-dia da população, na luta dos mutuários, na luta pelo saneamento básico, na lu-

ta pelo transporte coletivo, na luta pelo abastecimento, pela saúde, enfim em todas essas ações coletivas, permanentes, diárias da população, tudo isso deve produzir, ser canalizado, ser encaminhado para a elaboração de uma Constituição democrática, participativa, mobilizadora. Nós sabemos que se uma Constituição dessa não for buscar fundo na população a sua representatividade e a sua ação, ela acaba sendo uma Constituição conservadora, reacionária, preservadora dos privilégios. Por tudo isso, a Constituinte é, para nós, uma questão da mais absoluta prioridade hoje. Não se pode pensar em Constituinte, se não pensarmos nessa mobilização e nas propostas para a Constituinte. Constituinte não é só mobilizar e eleger os constitucionais porque, nesses termos, o poder econômico vai prevalecer e vai eleger uma Constituinte reacionária, conservadora e que pode ser igual ou pior à que nós temos aí.

Por outro lado, não podemos mais ficar na dependência de que alguns sábios decidam pelo povo, retirem das prateleiras as suas propostas constitucionais e que o povo venha atrás ape-

nas para referendá-las; isso que aconteceu, sistematicamente, na história brasileira.

Não podemos também, admitir que se pense em uma Constituição quando a organização partidária, quando a lei de greve, quando a lei de imprensa, quando os privilégios, quando a lei de segurança nacional, quando tudo isso ainda permanece intacto, nos seus resquícios, atuando para desmobilizar, desorganizar e reprimir a população. Eu diria que a luta está apenas iniciada. Queremos Constituinte sim, mas queremos Constituinte com esse grau de mobilização e de intervenção no processo da sua elaboração.

T e P — Como a sociedade civil pode, na prática, influenciar na Constituinte?

Isso vai se dar, na medida em que, em cada local de trabalho, em cada moradia, em cada partido político, em cada cidade, em cada colégio, em cada universidade, em cada estado, a Constituinte passe a ser um tema em debate. Varando, rasgando, se irradiando, para que a gente tenha a questão da Constituinte como uma questão básica de nossa discussão fundamental. Eu acho que esse é o modo pelo qual nós podemos elaborar uma nova Constituição. Temos que colocar em debate todas as questões constitucionais imediatamente em todos os locais. Uma mobilização que possa ter como desfecho uma elevação do grau de consciência e uma grande mobilização da sociedade em torno da Constituição.

T e P — Como você vê a questão de candidatos avulsos, não necessariamente ligados aos partidos, à Constituinte?

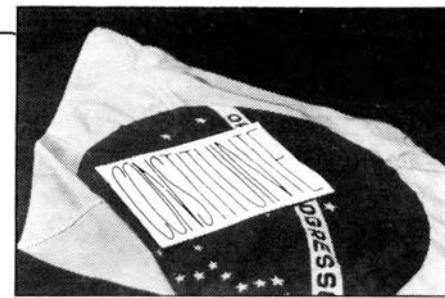
Eu concordo com isso. Eu acho que em uma Constituinte, com a vida partidária ainda debilitada como a nossa, após todos esses anos de autoritarismo, os nossos partidos ainda no seu processo de formação, de organização, uma Constituinte agora não poderia, apenas, ser representada por constituintes partidários. Nós precisamos de constituintes que sejam da sociedade. Nós temos eminentes pessoas que são representativas da sociedade, que são representativas da nossa organização social e que, por diversas razões, não têm militância partidária. É fundamental que essas pessoas possam também ser constituintes, que devem, nesse caso, ter um papel complementar junto com o Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem o seu papel, mas a Constituinte é a Assembléia so-

berana de uma nação. Então essa Constituinte deverá ter a ação partidária e a ação não-partidária de pessoas eleitas diretamente para a Constituinte.

T e P — A Constituinte se reuniria à parte do Congresso?

Sim, pode ser uma reunião. Isso nós temos que debater quais as melhores formas, qual o melhor mecanismo. Pode ser simultânea, pode ser anterior, pode ser até posterior mas eu acho que o Poder Constituinte deve ser um poder não congressional. O poder congressional, ele deve estar ali, cumprindo as leis vigentes enquanto a Constituinte se reúne. O parlamentar, deputado federal ou senador, pode ser simultaneamente constituinte; eles podem estar com a legislação ordinária, atuando com a legislação ordinária enquanto, também, como constituintes.

T e P — Na campanha política para as prefeituras de capitais, a Constituinte, vai ser um tema primordial da campanha ou você acha que outras questões, no momento, estariam acima em termos de campanha eleitoral?



Há uma tendência que devemos evitar que se fixe que é a tendência à polarização nacional de questões que acabam sendo muito superficiais, nesse debate eleitoral das prefeituras. Acho que devemos fazer todo o esforço, eu inclusive me proponho a isso, me engajo nisso, para que a eleição municipal seja acima e antes de tudo, um debate das questões locais associadas às questões gerais. Por exemplo, o debate da Constituinte é um debate local e que deve estar associado ao debate nacional, certamente, mas eles têm que estar presentes, os dois, imediatamente, a questão local, a questão das necessidades da população, a questão da Constituinte, são questões que têm que estar presentes nesse processo.



Cristãos alemães protestam contra silêncio imposto a Boff

Um protesto contra a pena de silêncio, imposta, pelas congregações para os Religiosos e para a Doutrina da Fé, da Cúria Romana, ao teólogo Leonardo Boff, foi formalmente enviado ao cardeal Joseph Ratzinger pelo "Grupo de Freckenhorst", integrado por cristãos da República Federal da Alemanha. O texto também foi encaminhado ao episcopado alemão e à CNBB. Segue-se a tradução, preparada por Horst Goldstein, tradutor dos livros de Boff e de alguns títulos de Rubem Alves para a língua alemã.

Comissão Permanente do "Grupo de Freckenhorst"

Tristes e irritados, soubemos da condenação ao silêncio enunciada pelo Vaticano contra o padre franciscano brasileiro e professor de teologia frei Leonardo Boff O.F.M. Contra tal recaída em formas de disciplinamento julgadas superadas desde o Concílio, devemos levantar a nossa voz. A medida tomada contra Leonardo Boff parece-nos incrível, uma vez que tais métodos de calar alguém só são praticados por sistemas totalitários. Diante destas tentativas de silenciar a voz de alguém, ainda não foi solucionado nenhum problema espiritual. Forçosamente, a decisão romana confirma as proposições críticas sobre o exercício do poder por parte dos órgãos eclesiásticos, expostas por Leonardo Boff como "ensaios de eclesiologia militante" em seu livro "Igreja: Carisma e Poder". À "notificação" da "Congregação para a Doutrina da Fé", datada de 11 de março de 1985, declarando algumas teses do livro "insustentáveis" e perigosas para a sã doutrina da fé, Leonardo Boff, em sublime solidariedade com a Igreja concretamente existente, declarou ser-lhe absolutamente natural obedecer ao mais alto magistério da Igreja, repetindo sua posição já anteriormente formulada: "Prefiro caminhar com a Igreja e andar sozinho com a minha teologia".

Perguntamos: Estão as instâncias romanas esquecendo as proposições do Concílio de, reconhecendo-se a instituição divino-espiritual do ministério,



ILUSTRAÇÃO: BIA / EXTRATO DO BOLETIM "SIN"

também o Povo de Deus ter recebido o espírito profético? Além disso, devemos lembrar o fato histórico de algumas instâncias romanas não raramente terem tomado graves decisões errôneas, com consequências desastrosas tanto para pessoas particulares como para a Igreja inteira. Queremos pedir que levem em consideração o abismo cada vez maior entre tais proposições enunciadas pelas congregações romanas e amplos setores do povo fiel e engajado na Igreja. Nas nossas paróquias e comunidades, estamos sentindo que a autoridade da Igreja, em virtude de tais medidas, está desgastando-se cada vez mais. O nosso serviço pastoral de sacerdotes e leigos está sendo dificultado enormemente.

Constrange-nos, muito particularmente, o procedimento centralístico, renovado pelas Congregações Vaticanas.

Abandona-se, com isto, o princípio de colegialidade, decidido pelo Concílio, atribuindo-se grande autonomia às Igrejas particulares, embora reconheça-se a fundamental unidade de todos. Com a condenação do franciscano, passou-se por cima da CNBB (Conférence Nacional dos Bispos) que, pelo procedimento unilateral das instituições romanas, ficou surpreendida e até menosprezada. Sabemos que muitos bispos brasileiros, inclusive cardeais, ficaram consternados diante desta medida, que atingiu não apenas Leonardo Boff pessoalmente, mas

também os pequenos e pobres que, na Igreja, inclusive através dos livros e da atividade docente do franciscano, recebem ânimo humano e impulsos de fé. Impede-se, agora, a emergência de uma Igreja forte na esperança.

Antes de tudo, porém entristece-nos e irrita-nos o fato de a decisão romana constranger, profundamente, a Igreja do Brasil e a grande maioria dos seus bispos ainda por um outro motivo: os econômica e politicamente poderosos sentem-se apoiados. Na opinião dos que estão interessados sobretudo na conservação do atual **status quo**, Roma parece ter confirmado que a Igreja, renovada pela sua "opção preferencial pelos pobres" (Puebla), está no caminho falso e injusto. Os que estão sendo veemente criticados pelas grandes conferências episcopais latinoamericanas e mesmo pelo Santo Padre, por tirarem seu proveito da exploração econômica, sentem-se confirmados por essa tomada de posição por parte de Roma.

Faz-se necessário uma discussão interna sobre as teses de Boff. Resta-nos pedir, insistente, a revogação da proibição de Leonardo Boff manifestar-se publicamente, pelo bem da Igreja e do Evangelho. Além disso, comprometemo-nos com a divulgação mais ampla possível e com a discussão substancial dos muitos livros e artigos do franciscano brasileiro. Diante do silêncio de Boff, outros muitos deverão falar.

Rubén Zamora: "Paz na América Central interessa ao Brasil"

Entrevista a Dermi Azevedo

"É do interesse da política nacional brasileira que se resolva pacificamente o conflito centro-americano. Se houver uma intervenção plena dos Estados Unidos nessa região, o Brasil (e também a Argentina e o Uruguai) podem esquecer os seus processos de abertura política". É o que afirma Rubén Zamora, 42 anos, membro da Comissão Executiva da Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador, ao lado de Guillermo Ungo e Eduardo Calles. Com a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, a FDR constitui a vanguarda da luta do povo salvadorenho.

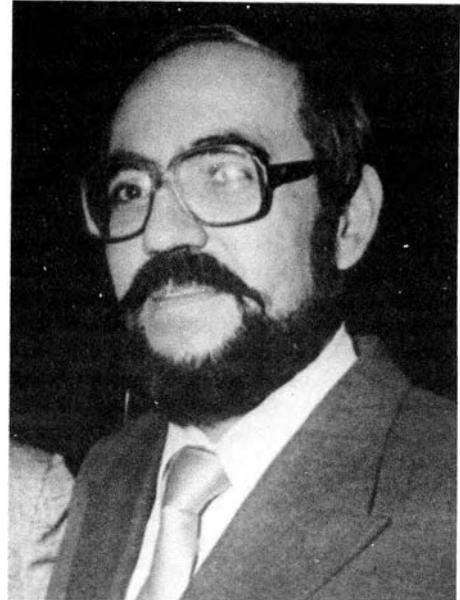
Proibido de entrar nos Estados Unidos pelo Departamento de Estado, Zamora nasceu em Cojutepeque, Departamento de Cuzcatlán, de uma família de classe média. Advogado, fez mestrado e doutorado em Ciências Políticas em Essex, Inglaterra. Ex-militante do PDC (Partido Democrata Cristão), foi ministro da presidência na primeira junta de governo de El Salvador e, agora, é secretário da Comissão Político-Diplomática da FDR/FMLN. Neste sentido, participou das reuniões de diálogo com o governo Napoleón Duarte em La Palma (15 de outubro de 1984) e Ayagualo (30 de novembro do ano passado). Integrou, também, a Comissão Nacional Justiça e Paz, de El Salvador.

Em visita ao Brasil — para a Conferência "O Brasil e a crise centro-americana", de 11 a 14 do mês passado, no Rio de Janeiro, Zamora analisa a situação de seu país e da América Central, nesta entrevista exclusiva:

T e P — Qual é o estado geral da luta salvadorenha hoje?

Zamora — A nível militar, a luta se caracteriza, agora, por um aumento no número de combates e pela extensão da área de combates. A tendência é chegar à região central do país, a mais povoadas e a mais desenvolvida, economicamente. Por parte do exército, registra-se o aumento do número de efetivos (de 17 mil em 1979 para 45 mil, este ano) e o uso crescente da força aérea e da artilharia. Devido ao aumento da intervenção norte-americana, a perspectiva é de prolongamento do conflito. A nível político, o mais importante é a retomada do movimento po-

pular organizado, depois das brutais repressões de 1980 a 1983. Nos primeiros cinco meses deste ano, houve mais de 50 greves no país. O 1º de Maio de 1984 teve 10 mil participantes e o deste ano, mais de 40 mil. Um outro dado importante é que a reivindicação em favor de uma solução política negociada generaliza-se dentro do país. Há dois anos, somente a FDR/FMLN e a Igreja faziam esta proposta. No último 1º de Maio, o maior pedido das organizações populares de massa era pela paz com justiça e liberdade, através do diálogo. Um outro dado é que o governo Napoleón Duarte pretende apresentar uma imagem de democracia e normalidade no país e tem dificuldades crescente



para conter a mobilização dos setores populares.

Em termos de correlação de forças, o país está dividido, praticamente, em três áreas: 1. **Sob o controle da FDR/FMLN** — massas insurgentes que não obedecem ao governo Duarte e organizaram esquemas alternativos de autoridade e novas formas de organização popular. Esta área corresponde a um quarto do país (que tem 21 mil km²); 2. **Áreas em disputa ou cintzentas** — em que a FDR/FMLN tem liberdade de movimentos, mas não tem o controle, acontecendo o mesmo com o exército. Nestas, o nosso trabalho político é mais aberto que clandestino, com acesso direto à população; 3. **Áreas sob o controle do inimigo** — abrange a capital, San Salvador e as principais cidades. Nossa trabalho é todo clandestino. Cresce, porém, o movimento de massa.

T e P — E a situação específica dos direitos humanos?

Zamora — Passou-se de um período de repressão generalizada e indiscriminada para um período de repressão seletiva. Isto não significa uma melhoria nos direitos humanos mas a realização do projeto norte-americano de contrainsurreição. O aparelho de repressão do governo continua intacto. Até agora, nenhum membro do Estado Maior foi preso ou julgado por torturar, sequestrar e matar. A tortura, agora, é praticada em cárceres clandestinos. A violação maciça dos direitos humanos (que, de 80 a 83, era um fenômeno so-

bretudo urbano) transferiu-se para o campo, com o massacre dos campone-
ses por terra e ar e a destruição dos
seus poucos bens.

**T e P — Como você avalia a presen-
ça dos EUA em SI Salvador, hoje?**

Zamora — El Salvador (à diferença da Guatemala, Honduras e Nicarágua, por exemplo) não teve, na história, uma presença muito visível dos Estados Unidos, nem com tropas, nem com as tradicionais corporações bananeiras. Pela forte oligarquia e por estar no Pacífico, o país ficou um pouco fora desse avanço. Mas isto mudou radicalmente, a partir de 1979, e a presença norte-americana é sentida em todos os setores da vida nacional, particularmente no plano militar com a atuação de 300 assessores. No plano político, o embaixador dos EUA é a figura mais importante do país. Dá ordens diretas a Duarte e aos seus ministros. E foi o caixa da campanha do presidente.

No plano econômico, a economia salvadorenha depende direta e imediatamente da "ajuda" dos EUA. Cerca de 15% das importações de El Salvador são pagas diretamente pelos EUA. Oficialmente, o governo de Washington investiu, nos últimos cinco anos, 1 bilhão e 700 milhões de dólares em El Salvador. Um estudo do Senado dos EUA indica que apenas 15% desse total foi aplicado em planos de desenvolvimento. Cerca de 30% é investido em armas, munições e treinamento militar e 55% em ajuda militar indireta. No plano psicosocial, os assessores americanos tentam apresentar uma imagem negativa da FDR/FMLN ("terroristas", "subversivos") e legitimar o exército. Rotineiramente, nos povoados, os adultos são detidos e levados aos quartéis para assistirem a filmes de propaganda contra Cuba e Nicarágua. Sofrem lavagens cerebrais. As crianças recebem doces. São feitas, também, as ACIMI — Ações Cívico-Militares.

T e P — Como você sente a presença dos cristãos e o testemunho de d. Oscar Romero nesta luta?

Zamora — Para nós, como FDR/FMLN, d. Romero tornou-se um símbolo da luta popular. Se perguntarmos a qualquer combatente sobre a figura de nossa história recente com a qual mais se identifica, responderá que é com o arcebispo mártir. É bom lembrar que d. Romero nunca foi complacente com a esquerda ou com as organizações populares. Quando pensava



Rubén Zamora e Guillermo Ungo, lideranças da Frente Democrática Revolucionária.

que tínhamos feito algo errado, criticava direta e publicamente. Mas criticava a partir da perspectiva do povo e não na ótica da oligarquia. Hoje, sua liderança continua viva, particularmente nas CEBs que sofreram brutal repressão e se reconstróem. A nível da hierarquia — mesmo que os bispos, exceto d. Arturo Rivera y Damas, não reconheçam — sente-se a presença de d. Romero. Ele não só é a consciência do povo, mas a consciência de toda a Igreja salvadorenha. Nem os conservadores ousam atacá-lo. Quanto aos evangélicos — cuja presença qualitativa é muito importante — demonstram atitude ecumênica e abertura para os interesses do povo. Quando d. Romero era vivo, o governo tentou, inutilmente, jogar os evangélicos contra ele.

**T e P — Como resume as expectati-
vas da FDR/FMLN diante do quadro ge-
ral do país que você traçou?**

Zamora — Lutamos, primeiro, por uma solução política negociada para o conflito. Enquanto combatemos, defendemos esse princípio. E cremos que isto será conseguido porque a principal reivindicação do povo é em favor da paz com justiça e liberdade. Pesquisa do próprio Instituto Gallup, em dezembro passado, indicou que 84% do povo salvadorenho quer a paz, enquanto o governo Reagan e a oligarquia local não querem diálogo. O segundo ponto é que vamos manter e aprofundar a luta popular revolucionária. O imperialismo não negocia com os fracos.

**T e P — Qual o papel do Brasil dian-
te da questão centro-americana e sal-
vadorenha?**

Zamora — A nossa relação com o Brasil deve ser vista em um contexto global centro-americano. Diante da política Reagan, a situação de toda a América Latina torna-se cada vez mais explosiva e perigosa. O Brasil, que, tradicionalmente, não mantém um relacionamento estrito com a área, deve compreender que é de seu interesse nacional conseguir soluções políticas negociadas na América Central. Se elas não ocorrerem, teremos a ocupação militar total pelos EUA. E se ela ocorrer, o Brasil (e também a Argentina e o Uruguai) podem esquecer os seus processos de abertura política. Manter uma política de discreta ausência na América Central não é realista para o Brasil. Esperamos que o novo governo de Brasília tenha mais sensibilidade para essa questão.

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

O Brasil não pode assistir impassível à declaração de uma guerra no continente

Reunida, no Rio de Janeiro, de 11 a 14 de junho passado, a Conferência "O Brasil frente à crise centro-americana" (da qual participaram delegados e personalidades centro-americanas e brasileiras) aprovou o seguinte documento, cuja tese básica é a de que "o Brasil não pode assistir impassível à declaração de uma guerra no continente".

1. O povo brasileiro, que foi às ruas para MUDAR, reafirma hoje seu direito de exigir da Nova República uma política externa também nova, coerente com os valores democráticos.

2. Esta política deve basear-se nos princípios de auto determinação do povos dentro de um projeto latino-americano, respeito aos direitos humanos e democratização efetiva de todas as nações do Continente.

3. A forma mais efetiva de concretizar estes princípios é empenhar-se na construção de um novo sistema latino-americano, capaz de superar, por caminhos autônomos, crises como a centro-americana e a da dívida externa do Continente.

4. A curto prazo, esta nova política externa deve enfrentar o desafio de dar um tratamento prioritário à crise centro-americana, grave ameaça à paz em todo o Continente.

5. A crise tem suas raízes mais profundas na miséria, injustiças e desigualdades sociais, historicamente presentes na área, agravadas pelas sucessivas intervenções dos governos norte-americanos, impedindo a soberania destes povos em função dos seus interesses estratégicos. Definir a crise como parte do conflito Este-Oeste significa, portanto, encobrir as suas verdadeiras causas e impedir que soluções

efetivamente democráticas, fundadas no direito internacional, sejam alcançadas.

6. A política do governo norte-americano de aprofundar a crise no plano militar está conduzindo:

- a uma crescente militarização da Costa Rica, em detrimento da sua proclamada neutralidade e da sua formação democrática;

- à ocupação militar de Honduras por tropas norte-americanas, que atenta contra a sua soberania e provoca uma reação anti-norte-americana de proporções crescentes em todos os setores sociais;

- a elevar os níveis de destruição humana e material da sociedade salvadorenha e a erguer um obstáculo mais forte para que as partes em conflito em El Salvador possam desenvolver um processo de solução política negociada;

- ao fustigamento militar, econômico e político da Nicarágua, violando seriamente seu direito à auto-determinação e o consagrado princípio da não-intervenção;

- à repetida violação dos Tratados Torrijos-Carter, (que impede a utilização da zona sob controle norte-americano para ações militares ofensi-



Morte: símbolo da presença norte-americana em El Salvador.

vas) provocando um grave retrocesso nas relações interamericanas;

• à violação, pelo Governo norte-americano, dos seus compromissos jurídicos internacionais como a jurisdição da Corte Internacional de Justiça e o respeito ao Direito dos Povos;

• ao estreitamento do poder negociador do Grupo de Contadora, através de influências que tentam desviá-lo dos seus propósitos originais de encontrar uma solução política negociada para a crise centroamericana, baseada no estrito respeito ao Direito Internacional.

7. O Brasil, por sua responsabilidade de grande nação latino-americana e por seu interesse na paz e numa estabilidade continental duradoura, tem um papel especial a desempenhar diante desta crise. Poderá contribuir decisivamente para o fim da escalada

intervencionista na área e favorecer uma solução política negociada dos conflitos através de ações concretas não apenas no plano político-diplomático mas também no plano econômico, financeiro e comercial.

8. No plano político:

a) devolver à sociedade civil, através dos seus representantes no Legislativo, o controle das decisões estratégicas sobre a política externa brasileira;

b) passar de um apoio meramente formal a um apoio efetivo ao Grupo de Contadora, com base no direito internacional e nos princípios de não-intervenção e auto-determinação;

c) pronunciar-se firmemente em favor destes objetivos nos foros internacionais;

d) manifestar ao governo norte-americano a convicção brasileira de que a segurança dos EUA não será ob-

tida com a desestabilização e militarização do nosso Continente;

e) insistir na condenação do bloqueio comercial norte-americano à Nicarágua e, ao lado dos outros países, adotar e estimular iniciativas que rompam o bloqueio dos Estados Unidos;

9. No plano econômico:

a) renegociar a dívida da Nicarágua com o Brasil pelo menos nos mesmos termos em que o nosso país busca renegociar sua dívida com os bancos internacionais, mas, se o Brasil quiser assumir a liderança na abertura de um novo caminho de renegociação da dívida latino-americana, deve renegociar a dívida nicaraguense em termos mais favoráveis e a mais longo prazo ou unir-se à Suécia e cancelar a dívida como uma compensação pela agressão;

b) simultaneamente, abrir novas linhas de financiamento para viabilizar a imediata importação de produtos brasileiros;

c) adotar um programa de cooperação econômica em conjunto com outros países da América Latina, a Comunidade Econômica Européia, os países nórdicos e outros, promovendo a integração dos países da América Central na perspectiva de uma nova ordem econômica continental e internacional;

d) desenvolver programas de intercâmbio comercial, tecnológico e de cooperação técnica com a Região, com base no domínio brasileiro de tecnologias mais adequadas às condições ecológicas da Região, assim como a experiência acumulada nos seus programas de cooperação como países africanos e com a própria Nicarágua.

10. No plano social, facilitar todas as iniciativas surgidas da sociedade civil para colaborar com a democratização e auto-determinação dos povos da América Central.

Os signatários deste documento consideram-se em estado de vigília cívica até que seja interrompida a escala militar norte-americana na América Central e adotada uma solução pacífica e democrática que garanta uma paz duradoura na região e em todo o continente.

Assinaram este documento, até agora, o governador Leonel Brizola, os bispos d.Tomás Balduíno, d.Maurô Morelli e Paul Ayres Mattos, o educador Paulo Freire, o advogado Modesto da Silveira, o secretário geral do Cebrade, Renato Guimarães, os teólogos Leonardo e Clodovis Boff e o pastor Sérgio Marcus Pinto Lopes. Mais adesões podem ser encaminhadas ao CEDI ou ao IBASE, no Rio de Janeiro.

CADERNOS DO CEDI

7 — Um Pé de Cana Não É Nada, Juntando É Um Canavial.....	Cr\$ 8.000
8 — Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular.....	Cr\$ 8.000
9 — Deixa Vir a Mim os Pequeninos.....	Cr\$ 6.000
10 — Roças Comunitárias.....	Cr\$ 8.000
11 — Peões e Garimpeiros.....	Cr\$ 8.000
12 — Sexta Assembléia do Cons. Mundial de Igrejas.....	Cr\$ 10.000
13 — Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cr\$ 8.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

FAÇA A SUA ASSINATURA

**Revista
Tempo e Presença**

Assinatura anual:

Cr\$ 25.000

Exterior:
América Latina: US\$ 30
América do Norte: US\$ 40
Europa, África e Ásia: US\$ 45

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

**Boletim
Aconteceu**

Assinatura anual:

Cr\$ 10.000

Exterior:
América Latina: US\$ 50
América do Norte: US\$ 65
Europa, África e Ásia: US\$ 75

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Eucaristia e Compromisso Social

"Qual o significado da celebração da eucaristia num continente marcado estruturalmente pela injustiça?". É para esta pergunta que o padre Antônio Haddad, sacramentino mineiro, tenta apresentar respostas.

Seu ponto de partida é a dimensão essencialmente comunitária do mistério eucarístico, da presença de Jesus Cristo em nosso meio como alimento, "caminho, verdade e vida". No Brasil e na América Latina, a eucaristia tem significado, basicamente, a comunhão da dor, da exploração e do martírio. O próprio autor vivenciou, em sua própria carne, esse mistério, num dos episódios mais escabrosos perpetrados pela ditadura militar de 1964.

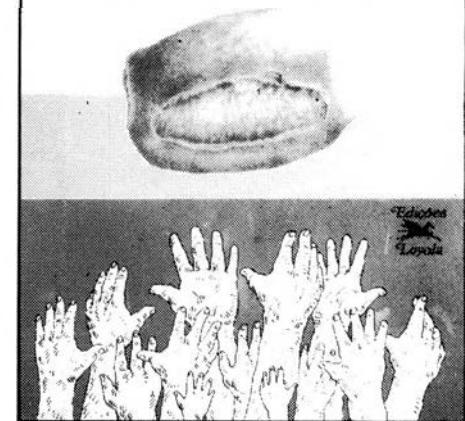
Mas a Eucaristia também tem significado, em nosso meio, como enfatiza o autor, o momento do encontro dos que lutam e têm esperança. E têm esperança porque resistem e lutam. Cada vez mais, em toda parte desta Pátria Grande, cristãos, homens e mulheres de boa vontade, reúnem-se em torno da mesa do Senhor para celebrar a comunhão dos que lutam, dos que sofrem, morrem e ressuscitam na caminhada da libertação.

Além da sua própria experiência e na vivência do seu povo, o autor inspira-se na reflexão de Paulo 6º. Homem permanentemente angustiado, mas de espírito sempre aberto, Montini parece hoje — no contexto eclesiástico de restauração — uma figura saudosamente distante. Ele, João 23 e João Paulo 1º parecem figuras que viveram há séculos, diante de tudo o que vemos e vivemos, hoje, na estrutura autoritariamente verticalizada da Igreja Católica. O autor demonstra como Montini pregava e vivenciava a autêntica dimensão comunitária e política da Eucaristia. "Uma grande lição nos adérm de desta herança eucarística por ele deixada: o mistério da Eucaristia deve ser visto, considerado, estudado, analisado, pregado e vivido sob todos os prismas possíveis desde que exerçam influência libertadora na pessoa, na comunidade-Igreja e na inteira sociedade humana", diz Haddad.

Ele enfatiza que essa compreensão da Eucaristia terá, inclusive, um influxo no ecumenismo, "a fim de que se prossiga num diálogo profícuo, eliminando mágoas e divisões do passado. E trabalhar para que o advento do sentar-se todos em volta de um mesmo pão da unidade dos cristãos

*eucaristia
e compromisso
social*

ANTÔNIO HADDAD



não demore a se concretizar; a credibilidade de nossa tarefa no mundo exige este sinal visível". O livro de Antônio Haddad sugere-nos, basicamente, o resgate da Eucaristia de uma compreensão individualista e egoista. Endereço das Edições Loyola: Rua 1822, nº 347 Cep 04216 SP. (DA)

Agricultura Suicida

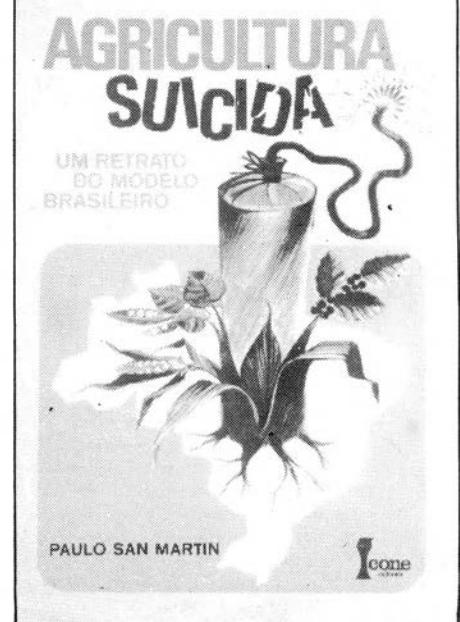
Um retrato do modelo brasileiro

Em "Agricultura Suicida — um retrato do modelo brasileiro", recentemente lançado pela Editora Ícone, Paulo San Martin analisa o autêntico caos gerado, no sistema agrícola brasileiro, por um modelo de desenvolvimento voltado mais para interesses de acumulação do capital do que para o atendimento das necessidades básicas do povo. Seu ponto de partida é o de que "a chamada "modernização" da agricultura brasileira modificou a fisionomia, a cultura, o semblante e a vida da Nação. Criou o país da miséria no meio da riqueza e da fartura, agravou a fome. É um Brasil que as estatísticas retratam mas não revelam." Os títulos dos capítulos falam por eles mesmos: "Revolução verde, poder militar e o mito da modernização rural", "Revolução termonuclear: novas mudanças no quadro internacional", "Retratos do modelo: Brasil revelado em 3 x 4", "A viagem prossegue. E chega ao mito dos novos eldorados", "Projeto JICA: uma aventura de ocupação e entrega do cerrado", "Genocídio no Nordeste: espeleiro da tragédia gestada pelo modelo", "Uma nação em guerra: o balanço das baixas", "A tragédia da terra e a violência ecológica", "Alternativas: buscando a nova dimensão da vida e do homem" e um apêndi-

ce: "Ciranda de corrupção: até o ministro se afoga no mar de lama que gerou".

"Os últimos vinte anos de modelo suicida da agricultura brasileira — diz o autor — arrastam atrás de si um verdadeiro mar de lama que se mistura e se confunde com a ciranda de corrupção que permeou por todos os poros do Poder do País".

Questiona-se, agora, se a chamada "Nova República" começa, efetivamente, a mudar esse panorama. Neste campo (e noutras ligadas a situações básicas da estrutura sócio-econômica de qualquer país) não são suficientes as boas intenções. Para que haja uma mudança efetiva seria necessário aplicar medidas que, inevitavelmente, entrariam em contradição com interesses dominantes e (muito bem) encastelados em altos postos do atual governo. É por isso que os militantes das entidades que atuam no campo e com os camponeses (CPT, Sem Terra, entre outros) enfatizam que nada virá de cima para baixo, em termos de melhorias para os trabalhadores rurais. Tudo deverá ser conquistado, através da luta organizada. Endereço da Ícone Editora: Rua Anhangüera, 66, CEP 01135, São Paulo, SP.



Rubem Alves

LITURGIA (1)



ILUSTRAÇÃO: GUSTAVE DORE

Um filho: será que alguém pode ter um desejo mais eterno que este? Um filho é como um caminho: há coisas boas bem ali, ao alcance da mão, amoras silvestres, fontes escondidas, sombras. E também há o mistério do destino, escondido no horizonte e na noite. Um filho é como o mar: espuma que brinca com pés descalços e funduras que nunca haveremos de compreender.

E, no entanto, ali está a carne da nossa carne, corpo onde colocamos os nossos desejos mais altos. Como se fosse um altar, lugar de esperança. A gente envelhece e se vê moço de novo naquele que nasce da gente. Nele continuo a viver.

Ter um filho é isto: saber-se cheio de vida, transbordante como se fosse fonte, para regar jardins: sementes voantes, em busca do fundo da terra, mulher, eterno nascer e renascer. Num filho nos destinamos ao futuro: esperamos...

Imagino que era isto que Abraão pensava, contemplando em silêncio as planícies, sorrindo, vendo coisas que ninguém mais via. Tão sozinho, mas naquela solidão saíam de sua carne multidões sem fim, incontáveis como as areias do mar, homens e mulheres, duros pelo trabalho, alegres na colheita, à sombra de figueiras e parreirais. E os jovens, amando sob os pés de romãs. Crianças nos seios das mães. Velhos sonhadores, brincando com seus netos. Tudo isto lhe vinha à mente quando pronunciava as palavras mágicas: "Meu filho..." Como era isto possível, se o filho ainda não havia nascido? Como era isto possível se este nome apenas marcava uma ausência, o lugar de uma grande nostalgia? Sara sabia. Conhecia os sonhos daquele olhar silencioso. Como ela era bela... Como havia ternura em seu olhar. E olhando para o seu corpo de quase menina, imaginava que ali dentro um sonho haveria de se tornar carne.

Mas o tempo passava. O corpo da mulher continuava o mesmo: pequenos seios de adolescentes, o ventre liso que não conheceu a gravidez. E a cada mês o sangue anuncia de novo que as sementes haviam caído sobre a pedra...

“— Não importa”, dizia Abraão. “Ele virá...”

Mulher sensata, a Sara. Sensata e boa. Como amava aquele sonhador. Mas ela sabia melhor do que ele. Sabia que há sonhos que não se realizam. Sabia que há sementes que não germinam. Olhava para o rosto de seu marido e havia ali as marcas de uma saudade sem fim de uma criança que não nascera. E ela bem que o sabia, em silêncio: “Nunca haveria de nascer”. A sabedoria lhe ensinara que quando os desejos são impossíveis, a gente os troca por coisas menores. Quem não pode ter uma estrela pode, pelo menos, acender uma vela. Quem não pode ter um grande amor pode, pelo menos, cantar uma canção. Quem não pode gerar um filho no seu próprio ventre pode, pelo menos, adotar uma criança, nascida de outra...”

“Abraão”, disse ela um dia. “Sei que você me ama. Sei que você deseja um filho que nasça de dentro de mim. Mas minha fonte está seca. Meu jardim está fechado. Coloca tua semente em Hagar, minha escrava. E esta criança será o meu filho...”

E assim foi. A semente germinou. O ventre de Hagar cresceu. Enasceu um filho de Abraão. Ele o amou, a Ismael. Mas tudo foi inútil. A alegria não chegou. Continuavam no seu rosto aquelas mesmas marcas tristes de uma ausência, o filho que seria dele e da mulher a quem amava.

O tempo passou.

Vieram os sinais da velhice. Olhos baços, braços fracos, abraços poucos, seios murchos, e o sangue que nunca mais voltou, dizendo da inutilidade das sementes... Só uma coisa não envelheceu: o sonho daquele homem velho, que continuava a olhar as mesmas planícies e a ter as mesmas visões: como as areias do mar...

Foi no calor mais forte do dia, quando tudo fica quieto, a hora quando do corpo saem os sonhos de quem ainda está acordado, e nenhuma folha dos carvalhos se mexia, algo estranho, três homens surgidos, não se sabe como, daquela imensa solidão, apareceram. E ali ficaram, sob a árvore, e começaram. E ao se despedirem disseram:

“Voltaremos. Daqui a um ano. E quando voltarmos, Sara terá tido um filho...”

Sara, que ouvia tudo à distância achou que aquela era uma piada engracada. Poder-se-ia imaginar coisa mais cômica que uma mulher velha, cara enrugada, boca sem dentes, seios murchos, com o ventre inchado e seios túrgidos de mulher grávida? Só se o mundo enlouquecesse, e as coisas que são deixassem de ser, e as coisas que não viam a ser, tudo às avessas, ao contrário, de cabeça para baixo, montanhas virando abismos, de desertos nascendo jardins, virgens engravidando, mortos ressuscitando... Mas Sara era mulher sensata, que sabe que estas coisas não acontecem. Sabia as lições do possível e do impossível. E ela não pôde conter o riso... Os estranhos visitantes tinham um forte senso do engracado. E enquanto ria, caminhava para a cozinha, lugar de realidade, ali onde seus desejos eram modestos e possíveis: guisados, pães, coalhadas. E teve pena de Abraão e dos seus sonhos...

Mas Abraão, sem haver aprendido as lições do possível e do impossível, vivia no mundo dos desejos que ainda não aconteceram. Ele acreditou no sonho, sorriu, tomou um machado, cortou uma árvore, e começou a construir um berçinho.

Naquela noite, no silêncio da tenda de Abraão, dois mundos apareceram, tão próximos e tão infinitamente distantes.

O primeiro nascia da boa e sensata Sara, do seu senso do possível, dos seus pães. Os pães eram nada mais que pães. Mudos. Não falavam.

O outro nascia das mãos do visionário Abraão, mãos possuídas pelo futuro, voando por sobre os limites do possível. Primeiros entalhes naquilo que seria um berço. Era mais que um berço. Um poema. Sacramento. Um altar...

Abraão não sabia: mas seus gestos eram uma liturgia...

HINO A REAGAN

Dom Pedro Casaldáliga

Comigo te excomungam os poetas,
as crianças, os pobres da Terra:
ouve-nos!
É preciso pensar humanamente o mundo.
Não banques o Nero.
Não estás filmando, mico das telas:
és o mandatário de uma grande nação!
(Eu direi ao teu povo que limpe para sempre
a merda que tua bota de cow-boy
grudou em sua bandeira.
E lhe direi que saiba, quando vota,
que pode estar vendendo
muito sangue e sua honra)

Tereis embriagado de coca-cola o mundo,
mas resta algum lúcido para dizer-vos não!
O lucro e o poder de vossas armas
não pode atingir maior cotização
do que o pranto febriciano
de um menino de cor.

A raça dos homens já não está para impérios.
Reagan, escuta:
o sol
nasce de novo para todos
e o mesmo Deus chove
sobre todas as vidas que chamou à festa.
Nenhum povo é maior.
Faz teu quintal em tua casa, respeita-nos!

Raquel te conhece, Herodes,
e terás de responder por tua desolação.

A estrela de Sandino te espreita na montanha,
e no vulcão desperta um só coração:
como um mar de coragem, a Nicarágua menina
romperá tua agressão.

O sangue dos mártires sustenta nossos braços
e em nossas bocas torna-se cântico e manancial:
Tu nunca viste a montanha, Reagan,
nem ouviste em seus pássaros a voz dos sem voz,

Tu não sabes de vida, nem entendes de canção.
Não nos venha agora com morais hipócritas,
genocida que abortas todo um povo e sua
Revolução.



ILUSTRAÇÃO: MIA

A mentira que tentas pregar ao mundo
(e ao Papa) é a droga maior.
Existe Liberdade (com exclusividade)
e cerceias os passos da Libertação.

“Os Estados Unidos são potentes e grandes...”
All Right! “We trust...in God” (*)
Podeis acreditar-vos donos, podes ter tudo,
inclusive deus, teu deus
— o ídolo sangrento de teus dólares,
o maquinial Moloch —,
mas te falta o Deus de Jesus Cristo,
a Humanidade de Deus!

Eu juro pelo sangue de Seu Filho,
que outro império matou,
e juro pelo sangue da América Latina
— prenhe de aurora hoje —
que tu

serás o último
(grotesco)
imperador!

(*) Tudo bem! “Nós confiamos... em Deus”.